

VII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA
23ª
REGIÃO

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO
1ª ETAPA

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO:

- 1- A prova terá a duração de 04(quatro) horas.
- 2- Não será permitida nenhuma forma de consulta.
- 3- Os fiscais não prestarão esclarecimentos a respeito do conteúdo da prova.
- 4- Confira se o seu caderno de prova contém todas as questões de 01 a 50. Existindo falha, chame o fiscal. Reclamações posteriores não serão aceitas.
- 5- Ao terminar a prova, devolva o cartão de respostas preenchido. Não destaque a ficha de identificação.
- 6- Preencher o cartão de respostas com caneta de tinta azul ou preta. Não rasure nenhuma questão. Caso isso ocorra, a mesma será anulada e não será fornecida outra via.
- 7- Não escreva nada no cartão de respostas, além dos dados solicitados. Qualquer anotação feita no mesmo torná-lo-á nulo.
- 8- O candidato poderá levar o caderno de questões.
- 9- Atente para o tempo de preenchimento do cartão de respostas, pois, após a duração de 04 (quatro) horas os mesmos serão recolhidos.

Boa Prova!

COMISSÃO DE CONCURSO

DIREITO DO TRABALHO

01- Não terá direito às férias o empregado que, no curso do período aquisitivo:

- a) Deixar o emprego e não for readmitido dentro de 90 dias subseqüentes à sua saída; permanecer em gozo de licença, com percepção de salários por mais de 30 dias; tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou auxílio-doença por mais de 06 meses, embora descontínuos; tiver faltado ao trabalho mais de 30 dias;
- b) Deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa; permanecer em gozo de licença, com percepção de salários por mais de 30 dias; tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou auxílio-doença por mais de 06 meses, embora descontínuos; tiver faltado ao trabalho mais de 32 dias;
- c) Permanecer em gozo de licença, com percepção do salário, por mais de 30 dias; tiver faltado ao trabalho mais de 30 dias; deixar o emprego e não for readmitido dentro de 30 dias subseqüentes à sua saída;
- d) Tiver faltado ao trabalho mais de 36 dias; deixar o emprego e não ser readmitido dentro de 60 dias subseqüentes à sua saída; permanecer em gozo de licença, com percepção de salário, por mais de 60 dias; tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 06 meses, embora descontínuos.

02- Examine as proposições abaixo e responda:

I- A gratificação ajustada a título de participação nos lucros, nos termos da CF/88, habitualmente concedida, integra a remuneração do empregado para todos os efeitos legais;

II- Incluem-se nos salários as ajudas de custos, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% do salário percebido pelo empregado;

III- Não integra a remuneração do empregado a gorjeta espontaneamente dada pelo cliente, apenas aquela cobrada pela empresa como adicional nas contas; .

IV. As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo, entretanto, para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.

- a) Se apenas uma assertiva está correta;
- b) Se apenas duas assertivas estão corretas;
- c) Se apenas três assertivas estão corretas;
- d) NDA.

03- Sobre o aviso prévio podemos afirmar que:

I- Durante o prazo do aviso prévio cumprido pelo empregado, em razão de dispensa do empregador, haverá redução de 02 (duas) horas diárias na jornada de trabalho; facultando-se ao empregador optar pela dispensa do empregado, em 07 (sete) dias corridos, no final do respectivo período, sem prejuízo do salário integral;

II- E devido no contrato por prazo determinado quando contiver cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão, antes de findar o termo ajustado; desde que exercido tal direito por uma das partes;

III - O empregado faz jus nos casos de cessação do contrato de trabalho: sem justa causa, extinção do estabelecimento, falência da empresa e rescisão indireta

IV -A gratificação semestral repercute no seu cálculo, conforme enunciado do TST.

- a) Apenas as afirmativas I, II e IV são corretas;
- b) Apenas as afirmativas I, III e IV são corretas;
- c) Apenas as afirmativas II e III são corretas;
- d) Apenas as afirmativas I, II e III são corretas.

04- Quanto ao contrato individual do trabalho:

I- Trata-se de obrigação de trato sucessivo, posto que gera deveres continuados a ambas as partes;

II- À falta de prova ou inexistindo cláusula expressa a tal respeito, entender-se á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal;

III -O contrato por prazo determinado transforma-se em indeterminado quando é celebrado para viger 02 anos, sofrendo depois uma prorrogação;

IV -O contrato de experiência tem a duração máxima de 03 meses.

Das proposições acima, temos:

- a) Uma afirmativa correta;
- b) Duas afirmativas corretas;
- c) Três afirmativas corretas;
- d) NDA.

05- Quanto a CTPS, é correto afirmar que:

I- Nas localidades onde não for emitida CTPS poderá ser admitido, até 30 dias, o exercício de emprego ou atividade remunerada por quem não a possua, ficando a empresa obrigada a permitir o comparecimento do empregado ao posto de emissão mais próximo;

II- O empregador tem o prazo de 48 horas para anotar a CTPS, tendo idêntico prazo para devolvê-la ao empregado;

III - O valor probatório das anotações feitas na CTPS do empregado é *juris tantum*, sendo obrigatória também a sua anotação em caso de contrato de aprendizado;

IV - A prescrição para reclamar contra omissão ou qualquer anotação na CTPS é de 02 anos, a contar da extinção do contrato de trabalho.

- a) Uma afirmativa está correta;
- b) Duas afirmativas estão corretas;
- c) Três afirmativas estão corretas;
- d) NDA.

06- Examine as proposições abaixo e responda:

I- Dentre os direitos dos empregados domésticos temos: o aviso prévio, o 13º salário, o vale-transporte e a licença-paternidade;

II- O trabalho eventual tem sua disciplina específica na Lei 6.019/74, regulamentada pelo Decreto nº 73.841/74, definindo aquele “para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços”;

III- Na aplicação do direito do trabalho no tempo, deve-se observar os princípios da norma mais favorável, da irretroatividade e da aplicação imediata da lei;

IV- Nos termos da CLT, o direito comum sempre será fonte subsidiária do direito do trabalho.

- a) Se apenas uma está correta;
- b) Se apenas duas estão corretas;
- c) Se apenas três estão corretas;
- d) NDA.

07- Em relação à alteração do contrato de trabalho, é correto afirmar que:

- a) A alteração contratual somente será lícita quando previamente ajustada pelas partes e desde que não resulte prejuízo direto para o empregado;
- b) As alterações contratuais são sempre válidas, desde que fruto de acordo expresso entre o empregado e empregador;
- c) Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o empregado retome ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando a função de confiança;
- d) É lícita a alteração, por vontade do empregador, em razão do **jus variandi**, desde que não resulte prejuízo imediato ao empregado;

08- Empregado com 40 dias de serviço é afastado por motivo de doença, ficando em

gozo de benefício previdenciário por 240 dias durante o mesmo exercício. Quando do retorno, foi dispensado sem justa causa. Terá direito a:

- a) Aviso prévio de 30 dias e 10/12 de 13° salário, não tendo direito às férias proporcionais;
- b) Aviso prévio de 30 dias, 02/12 de férias + 1/3 de abono e 02/12 de 13° salário;
- c) Aviso prévio de 30 dias, 10/12 de férias + 1/3 de abono e 10/12 de 13° salário;
- d) Aviso prévio de 30 dias e 03/12 de 130 salário, não tendo direito às férias proporcionais.

09- Quanto ao contrato por prazo determinado, pode-se afirmar:

I - Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 06 meses a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração deste dependeu da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos;

II - Nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, em virtude das exigências do serviço militar ou de outro encargo público, não será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação, se assim acordarem as partes interessadas;

III - Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregado que, sem justa causa, rescindir o contrato, será obrigado a pagar ao empregador, a título de indenização, e por metade, a remuneração a que teria direito até o termo do contrato;

IV - O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de 02 (dois) anos, sendo possível apenas uma prorrogação, desde que dentro desse prazo, salvo o contrato por prazo determinado, criado pela Lei 9.601/98, que poderá ser prorrogado inúmeras vezes, desde que respeitado o citado prazo.

Das afirmativas acima, temos:

- a) Apenas uma correta;
- b) Apenas duas corretas;
- c) Apenas três corretas;
- d) Todas estão corretas.

10- Examine as proposições abaixo, relacionadas a Enunciados do C. TST e responda:

I - O empregado, sujeito a controle de horário, remunerado exclusivamente à base de comissões, tem direito ao adicional de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor das comissões a elas referentes;

II - O não atendimento das exigências legais, para adoção do regime de compensação de horário semanal, implica na repetição do pagamento das horas excedentes, com o adicional respectivo;

III - O bancário sujeito à jornada de 08 horas, após 05.10.88, tem o salário-hora

calculado com base no divisor 220;

IV - A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa.

- a) - Se apenas uma proposição está correta;
- b) - Se apenas duas proposições estão corretas;
- c) - Se apenas três proposições estão corretas;
- d) - Se todas as proposições estão corretas.

11-Assinale a alternativa correta:

- a) - A não concessão de intervalo para alimentação e repouso, se não ultrapassado o limite legal diário, não importa no deferimento de horas extras, constituindo-se apenas infração administrativa;
- b) - A não concessão de intervalo para alimentação e repouso, somente determinará o pagamento de horas extras, se ultrapassado o limite legal diário;
- c) - A não concessão de intervalo para alimentação e repouso importa na remuneração do período correspondente, com um acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho;
- d) - A não concessão de intervalo para alimentação e repouso, se não ultrapassado o limite legal diário, não gera qualquer consequência ao empregador.

12- Suscitando o empregador em sede de defesa a ocorrência de justa causa, nos moldes em que/definido pelo artigo 482 da CLT, ao juízo da causa é vedado:

- a) - Analisar a gravidade e a atualidade da falta;
- b) - Reduzir ou ampliar a penalidade aplicada;
- c) - Aferir a proporcionalidade da pena;
- d) - Cotejar a existência do nexo de causalidade entre a falta e a pena aplicada.

13- Considerando o instituto da sucessão trabalhista, aponte abaixo a assertiva correta:

- I)- Verificando-se a ocorrência da chamada sucessão trabalhista, sem que reste materializada hipótese de fraude, a empresa sucedida responde pelo passivo advindo da relação de emprego, sem se cogitar a existência de solidariedade entre sucessora e sucedida;
- II)- A caracterização da sucessão trabalhista requer que um estabelecimento, como unidade econômica-jurídica, passe de um para outro titular, independentemente da continuidade na prestação de serviços;

III) .O contrato de arrendamento reflete hipótese de sucessão trabalhista;
IV)- A sucessão trabalhista deflui do próprio princípio da despersonalização da pessoa do empregado na relação empregatícia.

- a) -Se apenas as assertivas I e III estão corretas;
- b) -Se apenas as assertivas II e IV estão corretas;
- c) -Se apenas as assertivas II e III estão corretas;
- d)-NDA.

14— Examine as proposições abaixo e responda:

I- Para os empregados que trabalham no interior de câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de 01 (uma) hora 40 (quarenta) minutos de trabalho contínuo, será assegurado um intervalo de 20 (vinte) minutos de repouso, computando esse intervalo na jornada de trabalho;

II - Os digitadores, por aplicação analógica do art. 72 da CLT, equiparam-se aos trabalhadores de mecanografia, razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 10 (dez) minutos a cada 90 (noventa) de trabalho consecutivo, não deduzidos da jornada normal de trabalho;

III - No trabalho em minas e subsolo, em cada período de 03 (três) horas consecutivas de trabalho, será obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos para repouso, a qual será computada na duração normal do trabalho efetivo;

IV - Para amamentar o próprio filho, até que este complete 06 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 02 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um, podendo o período, se necessário, ser dilatado, a critério da autoridade competente.

- a) Se apenas uma alternativa está correta;
- b) Se apenas duas alternativas estão corretas;
- c) -Se apenas três alternativas estão corretas;
- d) -Se todas as alternativas estão corretas.

15— Examine as proposições abaixo, respondendo:

I - A distinção entre suspensão e interrupção do contrato de trabalho é que, ocorrendo a paralisação temporária da execução do contrato, na suspensão empregador e empregado ficam desobrigados, transitoriamente, do cumprimento das obrigações pertinentes ao contrato, enquanto que na interrupção, o empregador deve remunerar o empregado não obstante a incorrência de prestação de serviço;

II - A distinção entre suspensão e interrupção do contrato de trabalho é que, ocorrendo a paralisação temporária da execução do contrato, na suspensão o

empregador deve remunerar o empregado, não obstante a inoccorrência de prestação de serviço, enquanto que na interrupção, ficam empregador e empregado desobrigados, transitoriamente, do cumprimento das obrigações pertinentes ao contrato;

III -Dentre os efeitos jurídicos da suspensão do contrato de trabalho encontram-se os seguintes:

manutenção do vínculo contratual, prazo para o retorno ao serviço e perda das vantagens atribuídas à categoria do empregado em convenção coletiva de trabalho, durante o período suspenso;

IV -Na suspensão disciplinar os efeitos jurídicos do contrato de trabalho perduram por 30 dias. Ultrapassado este lapso temporal, por iniciativa do empregador, este responderá pela rescisão injusta do contrato de trabalho.

- a) -Se apenas as proposições II e IV estão corretas;
- b) -Se apenas as proposições I, III e IV estão corretas;
- c) -Se apenas as proposições I e III estão corretas;
- d) -Se apenas as proposições I e IV estão corretas.

16— Em relação à transferência do empregado, aponte a alternativa correta:

a)- Ao empregador é lícito transferir o empregado para localidade diversa da que resultar do contrato, desde que exista cláusula contratual explícita, autorizando a transferência, ficando liberado o empregador, nesta hipótese, do pagamento do adicional de 25%, incidente sobre o salário, bem como das despesas resultantes da transferência;

b) - Mesmo a pedido do empregado, ilícita é a transferência se tratar-se de empregado eleito para cargo de administração sindical;

c) - A existência de real necessidade de serviço é pressuposto de legitimidade da transferência;

d)- Haverá transferência se o empregado for trabalhar em outro município, embora permaneça residindo no mesmo local.

17 - Disciplinando a remuneração do empregado eleito para cargo de direção sindical ou representação profissional, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva, no período em que se ausentar do trabalho no desempenho de suas funções associativas, a CLT:

a)- Impõe à entidade sindical profissional da respectiva categoria a responsabilidade pela remuneração do empregado, nesse interregno;

b) - Considera interrompido o contrato de trabalho, nesse interregno, estabelecendo, em consequência, a manutenção de todas as obrigações da empresa quanto ao citado empregado;

c)- Estabelece que incumbe às respectivas associações sindicais de grau superior

(federações e confederações) remunerar o empregado no período em questão;
d)- Considera o referido período como licença não remunerada, salvo assentimento da empresa ou cláusula contratual.

18— Leia atentamente as assertivas abaixo, relacionadas a Súmulas do C. TST, respondendo:

I- Na contagem de tempo de serviço, computar-se-ão os períodos em que o empregado estiver afastado por motivo de acidente de trabalho, sendo que estas faltas ou ausências não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo de gratificação natalina;

II - A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho;

III - O responsável solidário, integrante do grupo econômico, ainda que não tenha participado da relação processual, como reclamado e que, portanto, não consta no título executivo como devedor, pode ser sujeito passivo na execução;

IV- Enquanto perdurar a substituição, ainda que de caráter eventual, o empregado substituído fará jus ao salário contratual do substituído.

- a) -Se apenas uma alternativa está correta;
- b) -Se apenas duas alternativas estão corretas;
- c) -Se apenas três alternativas estão corretas;
- d)- Se todas as alternativas estão corretas.

19— Diante das assertivas abaixo, responda:

I- A estabilidade sindical tem como marco inicial o registro da candidatura do empregado devendo, entretanto, a entidade sindical comunicar o fato, por escrito, à empresa, no prazo de 05 dias, comunicando, em igual prazo, sua eleição e posse, se for eleito;

II- Não haverá estabilidade no exercício dos cargos de diretoria, gerência ou outros de confiança imediata do empregador;

III -E assegurada a estabilidade, aos empregados que implementaram, ou vierem a implementar, as condições para a sua aquisição, através de cláusula inserida nos respectivos contratos individuais de trabalho, acordo, convenção coletiva de trabalho ou em sentença normativa;

IV - Em face da implantação do regime do FGTS, obrigatório a partir de 05.10.88, não mais subsiste em nosso ordenamento jurídico a estabilidade decenal, ante a incompatibilidade.

- a) -Se apenas as proposições II e III estão corretas;
- b) -Se apenas as proposições I, III e IV estão corretas;
- c) -Se apenas as proposições I, II e III estão corretas;

d) - Se apenas as proposições II e IV estão corretas.

20— Relativamente ao empregado rural, é correto afirmar apenas que:

a)- Salvo as hipóteses de autorização legal ou decisão judicial, só poderão ser descontadas do empregado rural: 25% (vinte e cinco por cento) do valor do salário mínimo, pela ocupação de moradia e 20% (vinte por cento) do valor do salário mínimo pelo fornecimento de alimentação sadia e farta, atendidos os preços vigentes na região;

b)- A cessão pelo empregador, de moradia e de sua infra-estrutura básica, assim como, bens destinados à produção para sua subsistência e de sua família, integram o salário do trabalhador rural, desde que caracterizados como tais, em contrato escrito celebrado entre as partes, com testemunhas e notificação obrigatória ao respectivo sindicato de trabalhadores rurais;

c)- O trabalho noturno para o rurícola é aquele realizado entre 21 horas de um dia e 05 horas do dia seguinte, na lavoura e entre 20 horas de um dia e 04 horas do dia seguinte, na pecuária, sendo o adicional noturno de 20% sobre o valor da hora diurna;

c) - A plantação subsidiária ou intercalar, a cargo do empregado, quando integrar o resultado anual a que este tiver direito, não poderá compor a parte correspondente ao salário mínimo na remuneração geral do obreiro, durante o ano agrícola.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

21 .Examine as proposições abaixo e responda:

I- Têm legitimidade concorrente para propor e instaurar a ação civil pública principal, a cautelar e o inquérito civil, dentre outros, o Ministério Público da União e os Estados;

II - O requisito da pré-constituição da associação, a que se refere o artigo 5º da Lei 7347/85 poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido;

III .Na ação civil pública que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz somente poderá impor multa diária, em caso de descumprimento, quando houver requerimento do autor.

a) - Todas as afirmações são verdadeiras;

b) - Todas as afirmações são falsas;

c) - Somente a segunda afirmação é verdadeira;

d) - Somente a segunda e a terceira afirmações são verdadeiras.

22. Examine as proposições abaixo e responda:

I- Incumbe ao Ministério Público do Trabalho ser cientificado pessoalmente das decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, nas causas em que o órgão tenha intervindo ou emitido parecer escrito;

II - E da competência do Ministério Público do Trabalho propor ação anulatória de cláusula de acordo coletivo ou convenção coletiva e de contrato, inclusive, que violem preceitos legais que asseguram direitos indisponíveis e não passíveis de flexibilização;

III- Compete à Junta de Conciliação e Julgamento conciliar e julgar os dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empregado seja operário ou artífice, bem como, julgar as suspeições argüidas contra seus membros;

a) - Todas as afirmações são verdadeiras

b) - Todas as afirmações são falsas;

c) - Somente a terceira afirmação é falsa;

d) - Somente a segunda e a terceira afirmações são verdadeiras.

23)- Examine as proposições abaixo e responda:

I- As custas processuais serão calculadas, quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor e pagas pelo reclamado e quando houver desistência ou arquivamento, serão calculadas sobre o valor do pedido;

II - No caso de inquérito, as custas processuais serão calculadas sobre 10 vezes o salário mensal do reclamado ou dos reclamados;

III - As custas processuais serão pagas pelo vencido depois de transitada em julgado a decisão ou, no caso de recurso, dentro de 08 dias da data do julgamento, sob pena de deserção;

IV - As custas processuais serão pagas pelo vencido depois de transitada em julgado a decisão ou, no caso de recurso, dentro de cinco dias da data de sua interposição sob pena de deserção, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que competirá à empresa comprovar o recolhimento das custas, no momento em que ajuizar a ação.

a) - São falsas a primeira e a segunda e terceira afirmações;

b) - São falsas a segunda, terceira e quarta afirmações;

c) - São falsas a terceira e quarta afirmações;

d) - São falsas todas as afirmações.

24— Examine as proposições abaixo e responda:

I- O presidente do Tribunal pode recorrer das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público;

II - O presidente do Tribunal pode recorrer das decisões proferidas em revisão de decisão proferida em dissídio coletivo;

III - Constituem privilégios da União, Estados, Municípios, autarquias, dentre outros, o recurso ex officio das decisões que lhes são parcial ou totalmente contrárias, inclusive nos embargos do devedor, e o prazo em quádruplo para contestar;

IV - Cabe recurso de revista das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho, ou por suas turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiros, quando se verificar ofensa direta e literal de norma constitucional.

- a) - São falsas todas as afirmações;
- b) - São verdadeiras a primeira, segunda e terceira afirmações;
- c) - São verdadeiras a primeira, segunda e quarta afirmações;
- d) - São falsas a primeira, segunda e terceira afirmações.

25- Nos termos de enunciados do TST, são dispensados da realização de depósitos recursal de que trata o art.899, parágrafo 1º, da CLT:

I- Ao recorrer adesivamente, o empregador vencido parcialmente na demanda posto que, o conhecimento do seu recurso adesivo será sempre dependente do recurso anteriormente apresentado pelo empregado vencedor;

II- As pessoas jurídicas de direito público;

III - A massa falida.

- a) - Todas as alternativas são verdadeiras;
- b) - Todas as alternativas são falsas
- c) - Somente a segunda alternativa é verdadeira
- d) Somente a segunda e a terceira alternativas são verdadeiras.

26 .Examine as proposições abaixo e responda:

I- Há enunciado do TST disciplinando que não toma suspeita a testemunha o simples fato de estar litigando ou de ter litigado contra o mesmo empregador.

II- A qualificação da testemunha deverá indicar, necessariamente, o nome, nacionalidade, profissão, número do documento de identidade, idade, residência, e quando empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador;

III- Na ação trabalhista, é impedido de depor como testemunha, o tio de qualquer das partes.

- a) - Todas as alternativas são falsas;
- b) - Somente a primeira alternativa é verdadeira;

- c) -Somente a primeira e a terceira alternativas são verdadeiras;
- d) -Todas as alternativas são verdadeiras.

27- Assinale a alternativa correta:

Postulas o reclamante pagamento de horas extras, verbais rescisórias, adicional de periculosidade, diferenças salariais, atribuindo à causa o valor de R\$ 200,00. Não atendendo o reclamado ao chamamento judicial, requereu o reclamante a aplicação dos efeitos da revelia e confissão, a oitava das testemunhas que se encontravam no saguão da Junta, e pugnou pela procedência dos pedidos. O juiz deve:

- a)- Indeferir a oitava de testemunhas, declarar encerrada a instrução processual e proferir julgamento, intimando o reclamado da decisão, nos termos do art. 852 da CLT;
- b)- Permitir a produção de prova testemunhal requerida pelo reclamante, sob pena de cercear o direito deste;
- c)- Determinar a realização da prova pericial;
- d)- Indeferir a produção de outras provas, eis que o art. 400, I/CPC autoriza indeferimento de produção de provas sobre fatos já provados por confissão da parte e o art. 130/CPC determina ao juiz que indefira as diligências inúteis ou protelatórias, declarar encerrada a instrução processual e prejudicadas as tentativas de conciliação e as razões finais que seriam argüidas pelo reclamado, e proferir julgamento, intimando-o da decisão.

28- Assinale a alternativa correta.

Em audiência, as partes conciliaram-se, obrigando-se o reclamado a pagar R\$ 5.000,00 em 5 parcelas, fixando-se no termo lavrado as datas de vencimento das parcelas. O devedor quitou a primeira parcela e o reclamante requereu a execução imediata da parcela vencida (segunda) e das parcelas vincendas. Age corretamente o juiz que:

- a)- Indefere o pedido e determina o sobrestamento do feito até a data de vencimento da última parcela, iniciando após a execução;
- b)- Defere parcialmente o pedido do autor e determina a execução imediata da segunda parcela, única parcela vencida na data do requerimento;
- e)- Defere integralmente o pedido do autor;
- d)- Determina a citação do devedor para que cumpra o avençado, sob pena de imposição de multa de 100%.

29. De acordo com magistério de Manoel Antonio Teixeira Filho, sobre o princípio da

natureza real, informativo da execução, é correto afirmar que:

I - O sistema legal brasileiro incorporou a teoria clássica que caracteriza o direito real pela inflexão do homem sobre a coisa;

II- O sistema legal brasileiro não incorporou a teoria clássica que caracteriza o direito real pela inflexão do homem sobre a coisa;

III- Para o cumprimento da obrigação, o devedor poderá responder, inclusive com os bens futuros;

IV - Patrimônio, para fins de execução, deve ser entendido como conjunto de bens, corpóreos e incorpóreos ou de direitos e de obrigações economicamente apreciáveis.

a)- Todas as alternativas são falsas;

b)- Somente a primeira alternativa é falsa;

c)- Somente a segunda alternativa é falsa;

d)- Somente a terceira e a quarta alternativa são verdadeiras.

30- Examine as proposições abaixo e responda:

I- O Enunciado 362/TST, publicado no DJ em 03.09.1999, ao dispor que extinto o contrato de trabalho, é de dois anos o prazo prescricional para reclamar em juízo o não recolhimento da contribuição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, revogou o Enunciado 95/TST que dispunha ser trintenária a prescrição;

II- Pode participar da audiência o estagiário, desacompanhado de advogado, eis que, vigora no processo do trabalho, o *jus postulandi*, que autoriza a parte a postular até mesmo, sozinha;

III- Em decorrência do princípio de proteção ao hipossuficiente, o princípio da *non reformatio in pejus*, no processo do trabalho somente pode ser invocado em favor do recorrente, se este for o reclamante.

a)- Todas as alternativas são verdadeiras;

b)- Somente a terceira alternativa é falsa;

c)- Somente a primeira alternativa é falsa;

d)- Todas as alternativas são falsas.

31 - Examine as proposições abaixo e responda:

I- A representação dos sindicatos para instauração do dissídio coletivo, fica subordinada à aprovação em assembléia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, em primeira convocação, por maioria de 2/3 terços dos associados, e em segunda convocação, por 1/3 dos mesmos;

II- Na audiência designada para tentativa de conciliação, no dissídio coletivo, alcançado o acordo, será de plano homologado pelo presidente do tribunal;

III- Não havendo acordo, ou não comparecendo ambas as partes ou uma delas, o presidente submeterá o processo a julgamento, depois de realizadas as diligências que entender necessárias, ouvida a Procuradoria.

- a) - Todas as alternativas são verdadeiras;
- b) - Somente a terceira alternativa é verdadeira;
- c) - Somente a primeira alternativa é verdadeira;
- d)- Todas as alternativas são falsas.

32 - Examine as proposições abaixo e responda:

I- A decisão proferida em dissídio coletivo, sobre novas condições de trabalho, poderá ser estendida a empregados da mesma categoria profissional compreendida na jurisdição do tribunal, desde que no mínimo metade dos empregadores e metade dos empregados ou respectivos sindicatos concordem com a extensão da decisão;

II-A extensão da decisão pode ser feita ex officio, pelo Tribunal que proferiu a decisão.

- a)- Todas as alternativas estão corretas;
- b)- Nenhum alternativa está correta;
- c)- Somente a primeira alternativa está correta;
- d)- Somente a segunda alternativa está correta.

33- Assinale a alternativa correta:

O prazo para manifestação dos interessados na extensão da decisão proferida em dissídio coletivo, será fixado pelo Tribunal, e não poderá exceder de:

- a)- 15 dias;
- b)- 30 dias;
- c)- 60 dias;
- d)- Nenhuma das alternativas anteriores.

34 - Assinale a alternativa correta:

- a)- O pagamento em dobro dos salários incontroversos, não oferecidos na primeira audiência, somente será devido, se o contrato tiver sido rescindido, e a penalidade incide somente sobre o valor do salário *stricto sensu*;
- b)- O pagamento em dobro dos salários incontroversos, não oferecidos na primeira audiência, será devido, independentemente da vigência do contrato;
- c)- A dobra de que trata o artigo 467 da CLT incide sobre as verbas rescisórias;
- d)- O pagamento em dobro dos salários incontroversos, não oferecidos na primeira audiência, será devido, independentemente da vigência do contrato, mas a dobra de que trata o artigo 467 da CLT incide somente sobre o salário em sentido estrito.

35 - Assinale a alternativa correta:

O empregado moveu reclamação trabalhista contra ex-empregador, e na audiência de

instrução, requereu e foi deferido o depoimento pessoal do réu. O procurador do autor pretendia saber do réu se este falsificara a CTPS do seu cliente, no tocante ao valor da remuneração, registrando metade do valor efetivamente pago. O reclamado negou-se a responder a pergunta, e por essa razão, requereu o reclamante a aplicação da pena de confissão do reclamado. A Junta deverá:

- a)- Aplicar a pena de confissão, por ter deixado a parte de responder pergunta pertinente;
- b)- Apreciar o requerimento, com as demais circunstâncias dos autos, declarando, na sentença, se houve recusa em depor;
- e)- Deixar de aplicar a pena de confissão, porque justa a recusa;
- d)- Deixar de aplicar a pena de confissão porque somente as evasivas na respostã permite a aplicação da pena referida.

36- Considere as seguintes proposições:

I- Quanto às nulidades, a Consolidação das Leis do Trabalho adotou o princípio instrumentalista, segundo o qual importa mais o objetivo alcançado pelos atos do que a sua forma;

II- No processo do trabalho, a nulidade não será declarada se for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato;

III- O art. 795 da CLT, prevê que as partes deverão argüir as nulidades “... à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos”. Do comando legal transcrito infere-se que só ocorre preclusão, caso a parte interessada não se manifestar pela nulidade na defesa ou nas razões finais;

IV- Ainda considerando o disposto no art. 795 da CLT, quanto ao momento da argüição da nulidade, é correto afirmar que ocorre a preclusão se, em caso de rejeição de contradita de testemunha, a parte não requerer, no momento do indeferimento, a consignação de seu protesto por cerceamento de defesa.

Assinale a alternativa correta:

- a)- São incorretas as proposições I e II;
- b)- São incorretas as proposições III e IV;
- c)- São corretas as proposições I, II e III;
- d)- São corretas as proposições I, II, III e IV.

37 - Examine as proposições abaixo e responda:

I- A homologação do recibo de quitação, de que trata o art. 477 da CLT, é formalidade exigida aos empregadores, inclusive quanto ao Município em relação aos empregados regidos pela CLT, que quando assim contratam equiparam-se, para todos os fins, aos demais empregadores;

II- De acordo com entendimento simulado, verificando o relator que a parte interessada não juntou à inicial o documento comprobatório do trânsito em julgado da demanda rescisória, deverá conceder o prazo de 10 dias para que o faça, sob pena de indeferimento;

III- O prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas a partir da data de seu trânsito em julgado;

IV- O prazo prescricional relativo à ação de cumprimento flui a partir do 20º dia subsequente ao do julgamento, eis que é a partir de então, torna-se possível a execução da decisão, ainda que não transitada em julgado.

- a)- Somente as alternativas I, II e III são verdadeiras;
- b)- Somente a segunda e a terceira alternativas são verdadeiras;
- c)- Somente a segunda alternativa é verdadeira;
- d)- Todas as alternativas são falsas.

38 - Examine as proposições abaixo e responda:

I- É privilégio legal inoponível ao empregado rural, quando o bem de família for o próprio imóvel onde trabalhou;

II - Os móveis que guarnecem a residência, como geladeira, fogão e camas, assim como a renda proveniente do aluguel do bem de família, são impenhoráveis;

III - Se o beneficiário da Lei 8009, já insolvente, adquire de má-fé imóvel mais valioso que o antigo, com o intuito de lesar os credores - poderá o juiz, em ação proposta por um deles - transferir a impenhorabilidade para a residência familiar anterior ou anular-lhe a venda, liberando o bem mais valioso para a execução ou para o concurso de credores, conforme a hipótese.

- a)- Somente a terceira alternativa é verdadeira;
- b)- Somente a segunda e a terceira alternativas são verdadeiras;
- c)- Somente a primeira alternativa é verdadeira;
- d)- Todas as alternativas são falsas.

39 - Examine as proposições abaixo e responda:

I- Não cabe ação rescisória no âmbito da Justiça do Trabalho, segundo súmula do STF;

II - Os embargos à execução constituem-se em ação de cognição incidental, de caráter constitutivo, conexa à execução, que pretende extinguir o processo ou desconstituir a eficácia do título executivo, a relação jurídica líquida e certa;

III- No processo do trabalho, a remição do bem penhorado, é assegurada ao executado, desde que apresente o valor da avaliação do bem;

IV- Em audiência, ao aduzir razões finais, qualquer das partes poderá impugnar o valor fixado à causa pelo juiz, e mantido o valor, poderá pedir revisão da decisão no prazo de oito dias, quando da interposição do recurso ordinário.

- a)- Somente a primeira e a segunda alternativas são verdadeiras;
- b)- Somente a segunda alternativa é verdadeira;
- c)- Somente a primeira alternativa é falsa;
- d)- Todas as alternativas são falsas.

40 - Ao julgar ação cautelar, o Juízo acolheu a prescrição argüida pela defesa, sendo

que desta decisão não houve recurso. Assim, indique a alternativa correta.

- a)- A matéria prescrição somente poderia ser agüida na ação principal;
- b)- Correta a decisão, mas não impede o ajuizamento da ação principal;
- c)- A decisão proferida em cautelar firma preclusão *pro judicato*, todavia, não impede a propositura da ação principal;
- d)- A decisão cautelar faz coisa julgada e se traduz em óbice à propositura da ação principal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41- Analise as afirmativas e marque a opção correta.

- I- São requisitos do ato administrativo: competência, legalidade, forma, motivo e Objeto;
- II- Os atos complexos caracterizam-se pela manifestação de vontade da maioria ou da totalidade dos componentes de órgão administrativo colegiado;
- III- A decisão judicial é um ato administrativo *lato sensu*;
- IV- A finalidade é elemento vinculado de todo ato administrativo, discricionário ou regrado.

- a) Todas as alternativas estão corretas;
- b) Apenas três das alternativas estão corretas;
- c) Apenas duas das alternativas estão corretas;
- d) Apenas uma alternativa está correta.

42- Analise as afirmativas e marque a opção correta.

- I- São princípios básicos da administração pública, explícitos na Constituição Federal: legalidade, moralidade, impessoalidade, razoabilidade, publicidade e eficiência;
- II - O poder administrativo disciplinar é discricionário, no sentido de que não está vinculado a prévia definição da lei sobre a infração funcional e a respectiva sanção;
- III- O objeto do poder de polícia administrativa é todo bem, direito ou atividade individual que possa afetar a coletividade ou pôr em risco a segurança nacional;
- IV- Conclui-se, do conceito de poder administrativo hierárquico, que há poder hierárquico no judiciário e no legislativo, nas suas funções próprias.

- a) Todas as alternativas estão incorretas;
- b) Apenas três das alternativas estão corretas;
- c) Apenas duas das alternativas estão corretas;
- d) Apenas uma alternativa está correta

43- Analise as afirmativas e marque a opção correta.

- I- Os atos administrativos, mesmos que argüidos de vícios ou defeitos que os levem à invalidade, são tidos por operantes, ou seja, podem ser executados, isto em virtudes de

atributo autoexecutoriedade;

II- Através da revogação, a Administração Pública visa retirar os efeitos do ato administrativo praticado em desconformidade com o ordenamento jurídico;

III- A Administração Pública pode anular ou revogar seus próprios atos, mediante provocação do interessado, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, ou por motivo de conveniência ou oportunidade.

III- Conforme lição de HELY LOPES MEIRELLES e reiteradas decisões do STF os atos administrativos especiais ou individuais são sempre revogáveis, não perdendo esse caráter por circunstâncias supervinientes à sua emissão.

- a) Todas as alternativas estão incorretas;
- b) Apenas três das alternativas estão corretas;
- c) Apenas duas das alternativas estão corretas;
- d) Apenas uma alternativa está correta.

44 - Analise as afirmativas e marque a opção correta.

I- A ação regressiva, promovida pela Administração pública contra o servidor causador direto do

dano, não se transmite aos herdeiros e sucessores deste, pois a obrigação de reparação patrimonial do dano extingue-se com sua morte;

II- A responsabilidade civil da Administração, de acordo com a CF, rege-se pela teoria objetiva do risco administrativo, sempre independente de culpa;

III- A culpa concorrente da vítima, total ou parcial, exclui a responsabilidade da Administração; IV- A sentença, que é ato judicial, pode ensejar responsabilidade civil da Fazenda Pública, mas na ação regressiva, de acordo com o CPC, o agente causador do dano (o Juiz) só pode ser responsabilizado por culpa, dolo ou fraude, ou ainda se, mediante expresse requerimento do interessado, recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte.

- a) Todas as alternativas estão incorretas;
- b) Apenas três das alternativas estão corretas;
- c) Apenas duas das alternativas estão corretas;
- d) Apenas uma alternativa está correta.

45- Marque a opção correta.

A Administração pode anular os seus próprios atos, eivados de vícios insanáveis que os tomem ilegais ou também revogá-los, por motivo de interesse público superveniente, mas sempre com efeitos *ex nunc*.

- a) Incorreta a assertiva porque tanto a anulação quanto a revogação operam efeitos *ex tunc*;
- b) Incorreta, porque a anulação produz efeitos *ex tunc* e a revogação *ex nunc*;
- c) Correta a assertiva;
- d) Incorreta porque a Administração pode anular seus atos por motivo de interesse público, com efeito *ex nunc*.

46- Analise as afirmativas e marque a opção correta.

I- A competência administrativa, embora seja condição de validade do ato administrativo, pode ser delegada ou avocada, portanto, suscetível de ser fixada ou alterada ao nuto do agente público; II- O motivo determinante do ato administrativo, desde que vinculado pela lei, gera para o agente a obrigação de justificar sua existência, sob pena de, não o fazendo, tornar inválido o ato;

III- Quanto aos bens das empresas estatais (empresas públicas, sociedades de economia mista, serviços sociais autônomos, etc.), que são *bens públicos com destinação especial*, podemos dizer que tais bens são penhoráveis, alienáveis e, portanto, sujeitos à prescritibilidade por usucapião;

IV- A finalidade do ato administrativo, como fator de realização do interesse coletivo, impõe uma submissão incondicional a um fim público, esteja este indicado explícita ou implicitamente na lei.

- a) Corretas as alternativas II e IV;
- b) Corretas as alternativas II e III;
- c) Corretas as alternativas III e IV;
- d) Corretas as alternativas I, II e IV.

47- Marque a opção correta.

Ocorre uma colisão no trânsito entre um veículo particular e um veículo de uma empresa privada, concessionária e prestadora de serviço público. Neste caso pode-se afirmar:

- a) Responderá pelos danos do abalroamento somente aquele contra o qual se provar a culpa;
- b) A empresa responderá pelos danos se não provar que a culpa foi do condutor do veículo particular;
- c) A empresa, como concessionária da Administração Pública, não responde objetivamente pelos danos a que der causa, mas sim o motorista, seu empregado;
- d) A empresa, como concessionária da Administração Pública, responde subjetivamente pelos danos a que der causa, assegurado o direito de regresso contra o motorista, seu empregado.

48- Marque a opção correta.

A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos observará:

- I- A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes da carreira;
- II- O tempo de serviço;

III- Os requisitos para a investidura;
IV- As peculiaridades dos cargos.

- a) Todos corretos;
- b) Corretos I, II e III;
- c) Corretos I, III e IV;
- d) Corretos I, II e IV.

49- Analise as afirmativas e marque a opção correta.

I- São estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público;

II - Caso não seja aprovado em estágio probatório, o servidor estável poderá ser reconduzido ao cargo anteriormente ocupado;

III - Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral;

IV - O servidor público, ainda que estável, pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada a ampla defesa.

- a) Todas~orretas;
- b) Corretas I, II e III;
- c) Corretas I, III e IV;
- d) Corretas I, II e IV.

50- Analise as afirmativas e marque a opção correta.

I- O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com perda total da remuneração;

II- Ao servidor é proibido aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

III- Os cargos, empregos e funções pública são acessíveis a brasileiros e estrangeiros;

IV- O servidor vinculado ao regime da lei 8.112/90, que acumular licitamente 2 (dois) cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos.

- a) Todas corretas;
- b) Corretas I, II e III;
- c) Corretas I, III e IV;
- d) Corretas I, II e IV.